

A RAIÁ LUSO-ESPANHOLA E A RESISTÊNCIA ÀS DITADURAS PENINSULARES

TERESA FONSECA

Muito se tem escrito e bastante está ainda por divulgar acerca da cumplicidade entre os democratas e antifascistas dos dois países ibéricos durante a Guerra Civil e nos longos anos das ditaduras peninsulares. A fronteira, sendo um lugar perigoso, representava, para os foragidos e clandestinos que a transpunham nos dois sentidos, uma esperança de liberdade, apesar de o risco continuar do outro lado, devido à aliança política e ao apoio mútuo estabelecidos entre os dois governos¹⁰⁰.

O presente texto, baseado em testemunhos orais¹⁰¹, constitui uma breve achega para a construção dessa longa e rica história das ligações entre os dois países, na sua vastíssima vertente clandestina.

O casal António Joaquim Gervásio e Maria Lourença Cabecinha, naturais do concelho de Montemor-o-Novo, foram durante seis décadas destacados militantes comunistas, hoje retirados da atividade partidária devido à idade avançada.

¹⁰⁰ Sobre o apoio de Salazar a Francisco Franco e aos Falangistas durante a após a Guerra Civil de Espanha, bem como acerca da solidariedade entre os povos portugueses e espanhol e os partidos e organizações antifascistas dos dois países, veja-se a excelente síntese de Delfim Cardenas, *Portugal e a Guerra Civil Espanhola, publicada* a 16 de setembro de 2014, in www.jornalmapa.pt/2014/09/16/portugal-e-a-guerra-civil-espanhola/, consultada a 10 de novembro de 2017, bem como a bibliografia referida no final do texto. Veja-se ainda: Irene Flunser Pimentel, *História da oposição à ditadura. 1926-1974*, Porto, Figueirinhas, 2013, p. 175 em diante. Manuel Loff, “A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa”, *Ler História*, Nº 51, 2006, p. 77-131. E Juan Carlos Jiménez Redondo, “El franquismo y el asesinato del general Humberto Delgado”, in Antonio Muñoz, Francisco J. Rodríguez e Guillermo León (Editores), *El Portugal Salazarista frente a la Democracia*, Badajoz, Diputación de Badajoz, 2016, p. 55-84.

¹⁰¹ Depoimentos orais de António Joaquim Gervásio e Maria Lourença Cabecinha, prestado à autora a 2 de novembro de 2017. De Hemetério Adelino Pires Sofio, prestado a 6 de novembro de 2017. E de Vitalina Roque Sofio, prestado a 28 de novembro de 2017.



(Foto 1.- António Gervasio e Maria Luorença Cabecinha)

António Gervásio nasceu em 1927, de uma família de trabalhadores rurais. Aderiu ao Partido Comunista Português em 1945. Em 1952 passou à clandestinidade. Em 1963 era eleito para o Comité Central, do qual fez parte até 2004. Foi preso, sempre por denúncia, em 1947, 1960 e 1971. Desta última prisão apenas saíria em liberdade no contexto da revolução de 25 de Abril de 1974. Em 1960 e 1971 foi barbaramente torturado e espancado até desmaiar. Na última, esteve impedido de dormir durante 18 dias e 18 noites, num total de 400 horas. Em maio de 1961, foi agredido em pleno tribunal, por denunciar as torturas da PIDE. A 4 de dezembro deste ano, participou na célebre fuga de Caxias, com mais cinco camaradas, no automóvel blindado de Salazar. Foi um dos dirigentes da luta pelas oito horas de trabalho nos campos do Sul, obtida em 1962. Depois da Revolução de Abril foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, em 1975, e à Assembleia da República, em 1979¹⁰².

Maria Lourença nasceu em 1937, no mesmo concelho de Montemor e também filha de trabalhadores rurais. Aos 19 anos partiu com o companheiro para a clandestinidade, levando consigo um filho de três meses. Quando tinha dois anos e oito meses, a criança passou a viver com os avós

¹⁰² Jornal Avante!, N.º 1735, de 1 de março de 2007, in www.avante.pt/pt/1735/pcp/18547, consultado a 10-11-2017.

maternos e paternos, devido ao risco que a sua presença poderia implicar na atividade dos pais. Nos 18 anos de vida clandestina, Maria passou por inúmeras casas do Partido, algumas delas partilhadas com António Gervásio. O seu trabalho consistia em cuidar e vigiar a habitação, escrever à máquina, policopiar textos no copiógrafo, embalá-los e entregá-los aos camaradas que procediam à sua distribuição. Esteve presa cinco anos e meio, entre abril de 1964 e setembro de 1969. E embora nunca tivesse sido espancada, foi sujeita a tortura psicológica e a interrogatórios bastante cansativos, sempre a meio da noite e durante horas consecutivas. Permaneceu três meses seguidos em regime de isolamento, sem recreio nem visitas, embora na companhia de outras prisioneiras, devido à sobrelotação da prisão¹⁰³.

António Gervásio faz questão de salientar que a atividade do PCP era efetuada dentro do país, embora muitas vezes tivesse sido necessário cruzar a fronteira. Para o efeito, o Partido possuía uma organização própria, que tratava dos passaportes e contratava passadores de confiança, tanto portugueses como espanhóis. Embora não sendo comunistas, estes guias clandestinos eram pelo menos antifascistas. Tinham bem consciência da responsabilidade e perigosidade do seu trabalho, pelo qual cobravam quantias mais elevadas que os outros passadores.

Os comunistas nunca atravessavam a raia nos postos alfandegários oficiais, apesar de irem munidos de passaportes falsos, com o carimbo da PIDE, que podiam apresentar em caso de necessidade. Em alternativa, percorriam a pé, tanto de dia como de noite, os trilhos que no momento ofereciam maior segurança. Para mais facilmente se confundirem com os camponeses dos dois países, trajavam como eles.

Transpunham a longa fronteira com a Espanha em todo o seu percurso, do Minho ao Algarve, conforme era mais conveniente, embora as zonas cruzadas com maior frequência fossem as de Barrancos, de Campo Maior e de Chaves.

António Gervásio e Maria Lourença fizeram este tipo de travessia várias vezes, em ocasiões diferentes. Numa dessas viagens, embora, por razões de segurança, tivessem cruzado a fronteira separadamente, acabaram por se juntar num país já fora da Península Ibérica.

Os filhos dos casais que se encontravam na clandestinidade, ao atingirem uma certa idade, tinham de se separar dos pais, como sucedeu com

¹⁰³ Teresa Fonseca (Coordenação), *A memória das mulheres. Montemor-o-Novo em tempo de ditadura*. Depoimento de Maria Lourenço Cabecinha, p. 73-81. Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres portuguesas na resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975, p. 241-245.

Francisco, filho de Gervásio e Maria Lourença. Se não fosse antes, teriam de o fazer ao atingir a idade de entrada na escola primária. Quando possuíam familiares de confiança, dispostos a acolhê-los, permaneciam geralmente em Portugal, como sucedeu com Francisco, criado pelos avós por opção dos pais. Caso contrário, eram deslocados para a União Soviética.

Gervásio cruzou uma vez a fronteira para acompanhar um rapaz de seis ou sete anos ao seu destino. E Maria Lourença, em outra ocasião, conduziu até ao mesmo país uma rapariga com essa idade. Esta tinha já um irmão mais velho a viver em Moscovo e estava ansiosa por o reencontrar, o que facilitou a despedida e o afastamento dos progenitores.

Maria e a menina fizeram uma grande parte do trajeto de comboio. Já próximo da fronteira, desembarcaram e prosseguiram a pé. A rapariguinha cansou-se e protestou, mas para a sua pouca idade resistiu muito bem à caminhada. Acompanhava-as o camarada Francisco Miguel¹⁰⁴ mais velho que Maria Lourença cerca de 20 anos, que passava por completar a família, como marido e pai.

Depois de atravessarem a Espanha, também de comboio, já transpuseram a fronteira com a França na alfândega, com os documentos forjados pela organização do Partido. Para simular um pouco a diferença de idades entre o “casal”, Maria modificou, dentro do possível, a sua aparência física, de modo a parecer mais velha.

No entanto, tais esforços não surtiram o efeito desejado. Uma observação simpática do funcionário aduaneiro espanhol provocou em Maria

¹⁰⁴ Francisco Miguel Duarte nasceu em Baleizão em 1907 e faleceu em 1988. Foi militante do PCP, escritor e poeta. Aderiu ao Partido em 1932. Em 1937 passou à clandestinidade, ficando responsável pelo comité local de Lisboa. Em 1939 foi chamado para o Comité Central e pouco depois para o seu Secretariado. Seria preso cinco vezes, em 1938, 1939, 1947, 1950 e 1960. Foi o prisioneiro político que mais vezes se evadiu das prisões fascistas (duas vezes de Peniche e duas de Caxias). Passou 21 anos detido, 10 dos quais no campo de concentração do Tarrafal, para onde fora enviado duas vezes (em 1940 e 1951). Durante a segunda prisão, adotou nos interrogatórios um comportamento que se converteu a partir de então numa regra para os comunistas presos: não prestar declarações à polícia. Participou na direção de operações da Ação Revolucionária Armada (ARA), uma espécie de braço armado do PCP, que visava a sabotagem do aparelho militar colonial e a propaganda contra o regime. Depois da Revolução de 25 de Abril, participou ativamente no processo da reforma agrária. Foi deputado à Assembleia Constituinte em 1975 e à Assembleia da República entre 1976 e 1985. Participou na fundação da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP). Empenhou-se ativamente na campanha pelo regresso a Portugal dos restos mortais dos antifascistas mortos no Tarrafal (1978). No dia 25 de Abril de 1980, foi agraciado pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, com o grau de Comendador da Ordem da Liberdade.

um grande susto. Ao devolver ao suposto chefe de família os documentos, o guarda fronteiriço felicitou-o por ter uma esposa nova e bonita e uma filhinha muito graciosa. Ao ouvir o cumprimento, Maria agarrou na mão da criança e apressou-se a passar para o território francês, enquanto o camarada, sem aparentemente perder a calma, agradeceu com um sorriso a amabilidade. Embora sem tomar disso consciência, o espanhol detetara, naquela família portuguesa, algo de singular, que poderia ter chamado a atenção da polícia portuguesa, se tivessem cruzado na alfândega a fronteira luso-espanhola.

O período mais intenso e dramático de transposição clandestina da raia ocorreu durante a Guerra Civil de Espanha. Com o eclodir da rebelião franquista, Salazar rompeu as relações diplomáticas com o governo republicano. Levantou todo o tipo de obstáculos ao controlo das fronteiras terrestres e marítimas, efetuado por fiscalizadores britânicos, no âmbito do Comité Internacional de Controlo e em cumprimento do princípio da não-intervenção. E ao mesmo tempo passou a prestar apoio logístico, político diplomático e militar às tropas franquistas¹⁰⁵. De facto, o ditador português tinha bem consciência de que a sobrevivência do Estado Novo dependia em grande parte da existência, no país vizinho, de um regime da mesma natureza.

A Guerra originou um imediato afluxo de refugiados republicanos espanhóis à fronteira portuguesa, entre militares, elementos das forças militarizadas e civis. Quando capturados, pela PSP (Polícia de Segurança Pública) ou pela GNR (Guarda Nacional Republicana), eram entregues à polícia política, se fossem civis, ou à unidade militar mais próxima, se possuísem estatuto militar. E em seguida eram repatriados para Espanha e entregues às autoridades franquistas, que muitas vezes os fuzilavam junto à fronteira, perante o desespero impotente dos populares portugueses¹⁰⁶.

Quem auxiliasse estes refugiados arriscava a prisão, se não mesmo a morte. No entanto, a solidariedade política, os laços de amizade e familiares ou a simples fidelidade a princípios de acolhimento e solidariedade sobrepuseram-se, muitas vezes com êxito, à fronteira política, permitindo a alguns a fixação de residência em Portugal e a muitos outros a passagem para a América do Sul¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Manuel Loff, "A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa", p. 78, 79 e 93.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 118-119.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 114.

António Gervásio recorda o apoio dado pelos comunistas portugueses aos Republicanos do país vizinho durante e após a Guerra Civil. Além de os ajudarem a passar a fronteira, proporcionavam-lhes esconderijos seguros em Portugal e procediam depois à sua transferência para a Madeira ou os Açores, de onde era mais fácil a partida para o Brasil e outros países do continente americano.



(Foro 2.- António Gervasio en la actualidad)

Em sentido contrário, muitos antifascistas portugueses, incluindo comunistas, passaram a raia para combater nas Brigadas Internacionais, sendo Álvaro Cunhal o exemplo mais visível. Outros já se encontravam em Espanha, como exilados políticos republicanos, anarquistas, comunistas e anarco-sindicalistas. Jaime Cortesão avaliou em cerca de 2.000 o número dos combatentes antifascistas portugueses. Mas o montante pode ter sido superior, pois Cortesão não teria tido em conta os emigrantes económicos portugueses a trabalhar nas minas das Astúrias, muitos com nomes “espanholizados”, que passavam facilmente por galegos e muitos dos quais combateram sob a bandeira republicana¹⁰⁸.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 100-101.

Mais tarde, após a célebre fuga de Caxias, o secretário-geral do PCP, correndo sério perigo de vida em Portugal, atravessou de novo a fronteira, juntamente com outros dirigentes comunistas, para um exílio apenas terminado com a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Durante a luta pelas oito horas de trabalho, Gervásio e outros ativistas políticos colaboraram e concertaram ações com organizações clandestinas de trabalhadores rurais espanhóis, tendo, para o efeito, uns e outros, passado clandestinamente a fronteira.

O já referido Francisco Gervásio também se evadiu para França utilizando a rede de passadores do Partido Comunista Português. Em finais de 1969, Maria Lourença foi, como vimos, libertada ao fim de cinco anos e meio de prisão, em consequência de uma grande reivindicação nacional para a libertação dos presos políticos com pena cumprida, como era o seu caso. Foi viver para Montemor-o-Novo, na companhia da mãe e do filho, uma vez que o pai falecera enquanto esteve em Caxias e o marido se encontrava na clandestinidade.

Com receio de que voltasse a fugir ao seu controlo ou com a esperança de através dela poderem ter algum indício do paradeiro de António, tanto a Guarda Nacional Republicana de Montemor-o-Novo como a polícia política, então designada por Direção Geral de Segurança (DGS), montaram-lhe uma verdadeira perseguição. Além de a obrigarem a apresentar-se periodicamente no posto local da GNR, os guardas apareciam inesperadamente em sua casa. Se estava ausente e a mãe informava que tinha ido lavar a roupa ao rio, apareciam lá a confirmar. Quando ia a Lisboa ao médico, a polícia à paisana acompanhava-a no comboio, tanto à ida como no regresso.

Apesar de tudo, Maria conseguiu, ao fim de 10 meses, regressar à clandestinidade, escondida no meio das fazendas de José Roque. Este comunista seu conterrâneo, tinha uma loja de panos em Montemor, mas também os vendia pelas freguesias do concelho e por outras terras das imediações, transportando a merca-



(Foto 3.- Maria Lourença Cabecinha
en la actualidad)

doria numa carrinha comercial. Aproveitava geralmente para distribuir a imprensa do Partido. E desta vez levava uma carga muito especial.

Francisco, por seu turno, desapareceu de Montemor pouco depois da mãe. Tinha sido convocado para a inspeção médica militar e ficara apurado para a tropa e conseqüentemente para a guerra colonial. Por isso, chegara a altura de se evadir. Mas enquanto filho de dois destacados militantes comunistas, seria bastante arriscado emigrar pelas vias clandestinas habituais. O Partido confiou a tarefa da sua evasão a José Luís Caroço, um trabalhador rural montemorense também comunista, que o retirou da vila e o confiou à rede de passadores “especiais” utilizada pelo PCP, que se encarregaram de o levar até França. Encontra-se deste então radicado neste país, onde tem uma filha e dois netos, embora se desloque com alguma frequência a Portugal, para visitar os pais¹⁰⁹.

Na sua viagem de condução da menina a Moscovo, o Partido preparou a Maria Lourença uma agradável surpresa: um encontro, de dois dias, com Francisco. Por uma questão de precaução, o breve convívio entre mãe e filho ocorreu fora de Paris, onde então ele se encontrava. Apenas voltariam a ver-se depois da Revolução dos Cravos.

Uma vez entregue a criança, Maria Lourença permaneceu mais um mês em Moscovo, para se tratar de problemas de saúde, contraídos durante a prisão em Caxias. Durante esse período, efetuou uma visita memorável à Sibéria. Apesar do frio, esta extensa e remota região fascinou-a, pela sua incomparável beleza paisagística¹¹⁰.

São Bento do Mato, mais conhecida por Azaruja, é uma freguesia do concelho de Évora que desempenhou, como muitas outras localidades, um papel no acolhimento de refugiados durante a Guerra Civil de Espanha¹¹¹. Contudo, a dimensão dessa atividade é hoje difícil de avaliar, devido ao ambiente de secretismo que a envolveu, de modo a poder escapar à sanha persecutória da então designada Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e aos muitos anos de ditadura que se lhe seguiram, nos dois países peninsulares.

A partir da segunda metade do século XVIII começou a desenvolver-se nesta pequena vila a indústria de transformação de cortiça, ainda hoje a

¹⁰⁹ O episódio da fuga de Francisco Gervásio foi relatado à autora por Vitalina Roque Sofio, filha de José Roque, a 28 de novembro de 2017, e posteriormente confirmada por Maria Lourença Cabecinha, que lhe acrescentou alguns detalhes.

¹¹⁰ Conversa com a autora, em 18 de dezembro de 2017.

¹¹¹ Veja-se o exemplo, melhor conhecido, de Barrancos, em Maria Dulce Antunes Simões, *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e testemunhos, 1936*, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Barrancos, 2007.

sua principal atividade económica¹¹². Como um dos locais de destino da manufatura corticeira era a Catalunha, muitos naturais desta região de Espanha começaram a instalar-se na freguesia a partir do século XIX, tornando-se em certos casos proprietários dessas unidades fabris.

Além da Azaruja, a diáspora catalã estendeu-se, no distrito de Évora, a Évora Monte, Estremoz, Alcáçovas e Viana do Alentejo. E ainda a Portalegre, Setúbal e Grândola. Alguns dos seus descendentes tornaram-se nos maiores corticeiros do Alentejo¹¹³.

Hemetério Sofio, sobrinho por afinidade de um suposto catalão, Hemetério Orantos, deve o seu nome próprio à escolha da madrinha Isabel, na altura uma adolescente, filha desse tio e de uma sua tia, azarujense. Além destes nomes, subsistem na localidade apelidos como Pepe, Campsi, Sureda, Girbal, Gibert ou Marquez, originários da Catalunha. E outros de lá trazidos, como Delmas e Bilou, embora oriundos da vizinha França¹¹⁴.

Além dos nomes, ficaram os hábitos gastronómicos: várias espécies de tortilha; diversas qualidades de enchidos, como a botifarra, a batateira e a “linguiça”; e o bacalhau de “alhióli”¹¹⁵. Designações como “boletes” (cogumelos). Jogos de cartas e da péla, além de outros costumes.

Durante a Guerra Civil, refugiados da Catalunha e de outras zonas de Espanha acolheram-se nesta freguesia, situada a menos de uma centena de quilómetros da fronteira, confundindo-se com os Catalães já aí residentes. Ao chegarem, a comunidade azarujense tratava de lhes arranjar rapidamente casamento com portuguesas, prática também seguida em outras regiões do país, de modo a não serem expatriados, caso fossem descobertos. E integrava-os na vida económica e na sociedade, como “catalães” tradicionais, independentemente da sua origem territorial. Foi o que sucedeu com Hemetério Orantos.

¹¹² https://pt.wikipedia.org/wiki/São_Bento_do_Mato, consultado a 10 de novembro de 2017.

¹¹³ <https://geneall.net/pt/forum/142741/espanhois-e-a-cortiça-no-alentejo-sec-xix/>, consultado a 29 de novembro de 2017.

¹¹⁴ www.evora.net/jfazaruja/, consultado a 29 de novembro de 2017.

¹¹⁵ Testemunho de Hemetério Adelino Pires Sofio, prestado a 6 de novembro de 2017. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Botifarra>, consultado a 29 de novembro de 2017.

A fronteira constitui um elemento territorial de significado ambivalente. Além de dividir Estados e comunidades e demarcar áreas de soberania, funciona também como ponto “de encontros, de influências, de relações, de trocas, de cumplicidades, de cooperações e solidariedades”¹¹⁶. O estudo do seu papel no destino dos dois povos peninsulares é um tema aliciante, pela sua riqueza e complexidade, que deve ser aprofundado em diversas perspetivas e para o qual deixamos este pequeno contributo.

¹¹⁶ Marta Nunes da Silva, *Os trilhos da emigração. Redes clandestinas de Penedono a França (1960-1974)*, Lisboa, Colibri, 2011, p. 48.